

## Clipping 16.05.2008

MP vê desvio de R\$ 1 milhão por mês .....	1
Estado planeja novos pedágios estaduais.....	2
Rentabilidade de bancos disparou no governo Lula .....	3
Bem poucos com muito dinheiro .....	3
À espera de um professor.....	4
Câmara pode votar cotas em universidades na próxima semana .....	4
Prêmio de inovação no sistema judiciário é lançado na Capital.....	4
Aposentadoria de servidor é debatida .....	5
Democracia e pobreza .....	5
Marchas contra redução do funcionalismo reúnem 200 mil.....	5
Só 7 escolas estaduais são de 1º mundo.....	7
Ipea: 10% mais ricos têm 75% da renda do país e pobres pagam mais impostos .....	7
Dieese divulga estudo sobre pisos salariais .....	8
Presidente Lula sanciona projeto que torna Justiça mais rápida.....	9
Duas crises e o limite ecológico do mundo. Onde vamos parar? Entrevista especial com Paul Singer .....	10
Projeto 'Floresta Zero' é o novo temor dos ecologistas.....	13
IR na ditadura era mais justo, diz Pochmann, criticando a proposta de reforma tributária .....	13
Estar mais tempo no trabalho não significa trabalhar mais .....	14
Companhia Estadual de Energia é condenada a pagar R\$ 250 mil por honorários .....	18
Licença-maternidade de 180 dias é aprovada em comissão .....	19
'O que este governo quer é um carimbador', afirma Greenpeace.....	19
Programa do governo estadual privilegia papeleiras .....	20
Câmara permite uso do FGTS para pagar consórcio de imóvel.....	20
Câmara ratifica direitos das pessoas com deficiências .....	21
No trimestre da crise, lucro das empresas aumenta 19% .....	22
As diversas cores da Justiça no Brasil .....	22
Sindicalista não descarta greves se redução da jornada não for aprovada.....	24
Militantes questionam os rumos do sindicalismo 30 anos após greve de 78.....	25
Sindicalização cai pela metade depois da década de 80 .....	26

### MP vê desvio de R\$ 1 milhão por mês

#### O esquema decifrado

Depois de dois meses de trabalho, o Ministério Público Federal (MPF) concluiu que a fraude no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) foi gestada no interior da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e proposta por dois dos suspeitos denunciados ontem à Justiça Federal com outras 42 pessoas.

Segundo o MPF, o esquema ganhou força por meio da participação de pessoas com conexões políticas, com livre trânsito em órgãos públicos e forte poder de convencimento. O modo de agir do grupo revela um perfil típico de lobista. Os valores drenados do Detran chegavam a R\$ 1 milhão por mês.

Esses detalhes constam da denúncia de 242 páginas apresentada ontem por procuradores da República. O texto, entregue ontem à Justiça Federal juntamente com 75 caixas de documentos, detalha como nasceu a fraude e qual foi a participação dos 44 denunciados. Os procuradores optaram por não divulgar detalhes da "individualização de condutas", ou seja, não revelar o que exatamente cada um dos envolvidos fez dentro do esquema. Isso só deve vir à tona depois que a

Justiça se manifestar em relação à denúncia.

Também disseram não haver, até o momento, elementos que indiquem pela necessidade de investigação, pelas instâncias competentes, de pessoas com foro privilegiado.

Os procuradores também afirmaram que novas provas surgidas na CPI do Detran poderão ainda ser adicionadas à denúncia. Da apuração feita pela Operação Rodin já resultaram dois novos inquéritos na Polícia Federal (PF), referentes a contrato da Anatel e ao Programa Projovem, e duas representações encaminhadas ao Ministério Público Estadual.

Segundo as conclusões dos procuradores, os dois responsáveis por envolver a UFSM e a Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia (Fatec) no esquema criminoso e por convencer dirigentes do Detran a participar da fraude encabeçam dois importantes núcleos de indiciados. Dos 39 suspeitos indiciados pela Polícia Federal ao final do inquérito da Operação Rodin, dois deixaram de ser denunciados pelo MPF: Ipojucan Seffrin Custódio e Mário Jaime Gomes de Lima.

Filho do presidente do TCE é um dos sete novos suspeitos

Os procuradores ressaltaram, no entanto, que a decisão é momentânea, já que a continuidade da investigação pode revelar elementos que motivem denúncia contra eles. Entre 15 e 20 suspeitos continuam sendo investigados. Foram apresentados sete novos nomes de envolvidos, entre eles o de Eduardo Wegner Vargas, filho de João Luiz Vargas, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Eduardo é sócio de uma das empresas sistemistas investigadas no esquema, a IGPL Inteligência em Gestão Pública. Ele entrou na sociedade depois que o próprio Vargas saiu da empresa.

O procurador Ivan Cláudio Marx, um dos cinco que atuaram na força-tarefa do MPF na Rodin, começou a apresentação descrevendo a gravidade da fraude:

- Os crimes de colarinho branco não costumam chocar, mas é importante que choquem. Um desvio acima de R\$ 40 milhões significa educação, alimentação e saúde que deixam de ser prestados. O importante foi estancar essa hemorragia, ou seja, o desvio era em torno de R\$ 1 milhão por mês. Deixaram de sair das mãos calejadas do trabalhador gaúcho, de novembro até agora, em torno de R\$ 6 milhões, que iriam para mãos mais ágeis.

Uma descrição resumida do esquema fraudulento e de como se deu a distribuição de propina por meio de empresas fantasmas foi feita pelo procurador Alexandre Schneider. Ele afirmou que uma das subcontratadas, a Newmark Tecnologia, existia especificamente para propiciar a distribuição do dinheiro público. Essa atuação era complementada por duas empresas consideradas fantasmas pelo MPF: a NT Pereira e a PLS Azevedo.

- O fluxo financeiro da propina se estabelecia entre a Newmark, passando pela NT e pela PLS Azevedo, e então para diretores do Detran. Na segunda fase do esquema, conhecida como fase da "mala preta", o esquema foi simplificado, e a propina passou a ser entregue em malas - explicou Schneider.

A importância da denúncia foi destacada pelo procurador Adriano Raldi, que explicou que o documento será a "espinha dorsal da ação penal". O MPF terá um rol de 24 testemunhas de acusação. Se vier a ser processado, cada denunciado poderá apresentar oito testemunhas de defesa, o que contribuirá para que o trâmite do processo seja bastante longo. O procurador Enrico Rodrigues de Freitas salientou que o trabalho em busca de provas prossegue com a análise de peças de informática e de documentos recentemente apreendidos no Detran e na Companhia Estadual de Energia Elétrica. Os procuradores reafirmaram que a dispensa de licitação pelo Detran para contratar primeiro a Fatec e depois a Fundae foi indevida.

( [adriana.irion@zerohora.com.br](mailto:adriana.irion@zerohora.com.br) )

## Estado planeja novos pedágios estaduais

Para reforçar o Duplica RS, o Piratini apostará na criação de uma terceira geração de pedágios. O programa propõe novas praças em estradas estaduais. A administração dos postos ficará a cargo do governo.

A definição por uma direção estatal busca inspiração nos três pedágios comunitários, implantados no governo Alceu Collares. A Secretaria de Infra-estrutura ainda quer incorporar serviços como

socorro médico e mecânico, como faz a iniciativa privada. O plano busca arrefecer as eventuais pressões contra a ampliação da cobrança a motoristas - o Piratini já deu sinais de que submeterá a proposta à aprovação na Assembléia.

Encabeçada por sindicalistas e líderes comunitários de regiões como a Serra e a Grande Porto Alegre, a tropa antipedágio se opõe a qualquer proposta de instalação de praças privadas, mas não demonstra a mesma resistência contra postos comunitários. Ciente da crise das finanças públicas, o grupo costuma defendê-los como uma alternativa menos nociva ao bolso do gaúcho porque têm a possibilidade de aplicar toda a receita na rodovia, sem necessidade de remunerar investidores com o lucro.

Nas discussões de elaboração do Duplica RS, os técnicos defendiam que as mudanças atacam pontos considerados falhos nos pedágios comunitários. A secretaria considera que o usuário paga uma tarifa cara em comparação com os benefícios que recebe. O Estado cobra entre R\$ 2,40 e R\$ 4,80, conforme as praças, para motoristas de automóveis, mas sem compromisso com prazo para a execução de obras.

## Rentabilidade de bancos disparou no governo Lula

Instituições brasileiras superaram as dos EUA

Um estudo da consultoria Economática mostra que a rentabilidade dos bancos brasileiros de capital aberto no primeiro trimestre foi a melhor em 14 anos.

Enquanto as instituições financeiras locais vivem um dos momentos mais prósperos de sua história, os norte-americanos, abatidos pela crise imobiliária, registraram a pior rentabilidade em 11 anos.

Segundo o estudo, os bancos ganharam mais durante os anos do governo Lula do que durante os do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

No estudo da Economática, a rentabilidade é medida pelo lucro acumulado de 12 meses nos primeiros trimestres de cada ano analisado sobre o patrimônio líquido médio. Nos 12 meses fechados em março de 2008, a rentabilidade dos bancos brasileiros de capital aberto foi de 21,94%, a maior desde 1995, quando começou a ser feita a pesquisa, quando atingiu 18,97%. Em igual período de 2007 o indicador foi de 16,33%. No caso dos bancos americanos, a rentabilidade foi de 9,72% no período, o que representou uma forte queda em comparação aos 14,4% apurados no mesmo período no ano passado. ZH

## Bem poucos com muito dinheiro

Pesquisa mostra que 10% dos brasileiros concentram 75% da riqueza

Três quartos da riqueza existente no Brasil estão concentrados nas mãos de apenas 10% da população. Muito desta diferença está relacionada à grande quantidade de impostos pagos pelos brasileiros.

De acordo com estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o índice de Gini, que mede a desigualdade social de uma população, foi de 0,56 no Brasil em 2006. O indicador varia de zero a um, sendo zero a perfeita igualdade e um a completa desigualdade.

Na avaliação do presidente do Ipea, Márcio Pochmann, o abismo diminuiu no país em 2006, mas ainda está em nível pior do que antes de 1964. Ainda de acordo com a pesquisa, o sistema tributário faz com que os mais pobres paguem mais impostos do que os mais ricos.

- Quem é pobre no Brasil está condenado a pagar mais imposto - afirma Pochmann.

O estudo ainda aponta que desde 1996 vem ocorrendo aumento na carga tributária (exceto em 2003). O peso dos impostos disparou de 26,74% para, 10 anos depois, chegar a 34,23%.

Além dessa cobrança direta no contribuinte, ainda existem os tributos indiretos. Números do Ipea mostram que impostos embutidos nos preços causam ainda mais desigualdade na hora de consumidores de diferentes classes econômicas fazerem o desembolso. Enquanto os ricos pagam em média 5,7% em ICMS, os pobres perdem 16% com o mesmo tributo.

Brasília

Descompasso

- Nos 10% mais pobres, desembolsam 32,8% da renda em impostos
- Nos 10% mais ricos, a tributação chega a 22,7% da renda
- Os extremamente pobres entregam 44,5% do que ganham para o Estado ZH

## À espera de um professor

Sem professor desde o final de março, estudantes da 4ª série do Instituto de Educação Cardeal Arcoverde, de Passo Fundo, no norte do Estado, estão tendo aula com os pais e com a funcionária da portaria da escola.

As aulas de Gabriele Flores de Moraes, nove anos, não têm mais o mesmo sentido. Ela vai à escola para passar o tempo.

- A gente fica sentada sem fazer nada. É bem ruim, né? Tem horas que dá vontade de ir embora - reclama Gabriele, que estuda em casa para não perder o ano.

A sala de aula de 28 estudantes já teve duas professoras. A primeira durou um mês, no início do ano letivo. Após 30 dias de convívio com as crianças, ela se aposentou e deixou a escola. A substituta veio em seguida, mas deu poucas aulas: um atestado de saúde a afastou da classe.

Vice-diretora confirma falta de docentes

Desde então, pais e outros funcionários da escola estadual se revezam. Ivone Fochesato, 49 anos, que é professora, mas atende na portaria da escola, é uma das escaladas para atender as crianças. De acordo com a dona de casa Eloá Araújo, 47 anos, mãe de um aluno, a situação está crítica.

- Eu mesma tive que vir dar aula duas vezes para não deixar as crianças sozinhas em sala de aula - relata Eloá, que contou histórias para entreter os alunos.

A vice-diretora da escola, Salete Vassoler, confirma a falta de professores, que também prejudica o funcionamento da biblioteca do instituto de educação. Para os 1,4 mil alunos terem acesso à biblioteca da escola, só durante as tardes de quartas-feiras, quando um professor em turno livre pode fazer o atendimento. ZH

## Câmara pode votar cotas em universidades na próxima semana

O projeto do governo federal que cria cotas em universidades federais foi colocado na pauta de votação da Câmara da próxima semana.

A proposta reserva 50% das vagas em universidades federais a alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública. Essas vagas devem ser ocupadas, no mínimo, pela proporção de negros e indígenas do Estado onde está localizada a instituição de ensino.

O projeto havia sido enviado ao Congresso há quatro anos e já havia sido examinado por todas as comissões.

Apesar disso, até terça-feira desta semana, a Câmara não tinha nenhuma previsão de quando ele iria ser colocado em pauta.

Ontem, os líderes partidários disseram querer votar a proposta na semana que vem. O prazo, porém, pode não ser cumprido devido ao feriado de Corpus Christi. ZH

## Prêmio de inovação no sistema judiciário é lançado na Capital

Com o objetivo de identificar práticas que contribuam para a modernização do sistema judiciário no Brasil, será lançada hoje, na Capital, a quinta edição do Prêmio Inovare, com o tema "Justiça para Todos".

O lançamento ocorre às 10h30min, no Plenário do Palácio da Justiça (Praça Marechal Deodoro, nº 55, 6º andar). O Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Arminio da Rosa, conduzirá a solenidade. Confirmaram presença o ministro da Justiça, Tarso Genro, a ministra do Superior Tribunal de Justiça Fátima Nancy Andrighi, o secretário de Reforma do Poder Judiciário, Rogério Favreto, o presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho, e o presidente nacional da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

Juízes, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da advocacia pública e privada podem se inscrever a partir do dia 19 no site [www.premioinnovare.com.br](http://www.premioinnovare.com.br). ZH

## Aposentadoria de servidor é debatida

Projeto que estabelece novo formato de aposentadoria aos futuros servidores públicos foi o centro dos debates ontem na Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembléia. Dois representantes do governo federal, o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Abi-Ramia Caetano, e a chefe adjunta da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Ana Teresa Holanda Albuquerque, apresentaram modelo similar que está sendo discutido. Ana Teresa disse que com a desvinculação gradual das aposentadorias superiores ao teto nacional sobrarão mais recursos para investimentos em infra-estrutura. CORREI DO POVO

## Democracia e pobreza

LIMA - Democracia pode ter todos os defeitos que se queira e pode não estar tendo todo o afeto que deveria merecer na América Latina, conforme demonstram algumas pesquisas. Mas ela é a principal responsável pelo fato de ter entrado para ficar na agenda pública a questão do combate à pobreza, uma ferida aberta no subcontinente.

Quando digo "entrar" é para valer, porque, retoricamente, sempre figurou. Como diz Susana Pinilla, ministra peruana da Mulher e do Desenvolvimento Social, "a governabilidade do século 21 depende da eficiência da democracia em diminuir a pobreza e a exclusão".

Tem razão, com um matiz: em alguns países, é maior que em outros a percepção de que ambas estão diminuindo, do que decorre que alguns governantes tenham teor de aprovação superior ao de outros.

Talvez porque algumas sociedades tenham o que Pinilla chama de "inflação de expectativas" em relação a seus governantes, o que, segundo ela, ajuda a explicar a impopularidade de seu chefe, o presidente Alan García. De todo modo, o programa peruano de combate à pobreza está introduzindo um elemento que deveria merecer a atenção das autoridades brasileiras. O Peru também tem o seu Bolsa Família. Chama-se "Juntos". Com a explosão dos preços de alimentos, o governo substituiu as doações em dinheiro pela entrega de bolsas alimentícias, que dão para atender "um mês de necessidades básicas das famílias mais pobres", diz a ministra.

Sempre segundo ela, 80% da inflação é importada, na forma, por exemplo, de petróleo, trigo e milho.

"Se continuássemos a dar dinheiro, continuaria também o consumo de importados e, portanto, se estaria estimulando a inflação", diz. A doação de alimentos permite montar uma bolsa mais adequada à produção local. Cem mil famílias limenhas estão sendo atendidas. Vale para o Brasil?

FOLHA DE SP

## Marchas contra redução do funcionalismo reúnem 200 mil

Mehdi Fedouach/France Press

Parisienses protestam contra cortes dos empregos públicos

DA REDAÇÃO

Centenas de milhares de franceses participaram ontem das marchas convocadas pelo sindicato dos professores contra os cortes de empregos no setor público planejados pelo governo de Nicolas Sarkozy. Metade dos docentes do ensino primário e um em cada três do secundário pararam, na estimativa conservadora do Ministério da Educação Nacional.

As manifestações levaram às ruas entre 200 mil e 300 mil pessoas -segundo, respectivamente, a polícia e os sindicatos. Para reduzir o déficit público, Sarkozy propõe a substituição de apenas 2 em cada 3 funcionários que se aposentarem. Dos 22.900 empregos que devem ser cortados neste ano, 11.200 são do setor educacional.

Em Paris, pelo menos 18 mil -até 60 mil, dizem os organizadores- protestaram. Houve grandes marchas em Grenoble, Toulouse, Rennes e Marselha. Os sindicatos planejam para o dia 22 uma greve geral.

Falando aos franceses em rede nacional de TV, Sarkozy afirmou que seu governo vai propor um projeto de lei obrigando as escolas a acolherem as crianças mesmo durante as greves. "É preciso respeitar também o direito dos pais de trabalhar". FOLHA DE SP

Tributos tiram mais dos pobres, diz Ipea

Carga fiscal para a baixa renda é maior do que para os mais ricos, segundo instituto, que defende elevar IR para classe alta

## Pobres pagam 44% mais imposto, em proporção à sua renda, que os ricos, segundo estudo do instituto com dados de 2002 e 2003

JULIANA ROCHA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do Ipea, Marcio Pochmann, alertou ontem de que a reforma tributária que foi enviada pelo governo ao Congresso não ajudará a reduzir as desigualdades sociais e de renda no Brasil. Em palestra no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, chamado de Conselho, Pochmann apresentou dados mostrando que os pobres pagam 44% mais imposto, em proporção à sua renda, que os ricos.

Segundo o levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com dados de rendimento de 2002 e 2003, os 10% mais pobres do país gastam 32,8% da renda com impostos. A renda média dessa faixa da população era de R\$ 49,8 por mês.

Embora não paguem Imposto de Renda, são famílias que consomem bens com alta carga de impostos indiretos, como os da cesta básica.

Já os 10% mais ricos do país gastam 22,7% do seu rendimento com impostos. A renda mensal destes era de R\$ 2.178. Pochmann justificou que a reforma tributária do governo será benéfica para os Estados, mas não para a população mais pobre.

"Não temos uma reforma tributária que fizesse com que os ricos de fato pagassem impostos de forma mais progressiva e, por conta disso, o maior ônus da tributação recai sobre os mais pobres. A proposta apresentada está dialogando com a eficiência econômica e com a repartição dos tributos do ponto de vista dos entes federativos", afirmou.

Na mesma palestra, ele criticou o fato de o Brasil ter apenas duas faixas de IR para a pessoa física, de 15% e 27,5%, embora sejam progressivas.

Ele afirmou que os países desenvolvidos (que oferecem serviços públicos de melhor qualidade que o Brasil) têm até 12 faixas diferentes de IR, com alíquotas que chegam a 60%. Citou exemplos como a Alemanha, que tem três alíquotas entre 22,9% e 53% do rendimento anual. Ou a França, com 12 alíquotas entre 5% e 57%.

Pochmann lembrou a época da ditadura militar no Brasil, em que o país tinha 12 faixas de renda para o IR, com alíquotas que chegavam a 55%.

"O regime militar, por exemplo, tinha política de imposto de renda mais voltada para a redução da iniquidade. Chegamos a ter 13 faixas de tributação, e os níveis mais baixos pagavam menos imposto que atualmente. O IR com apenas duas faixas retira o potencial redistributivo que poderia ter", afirmou.

Mansão e favela

Pochmann apresentou dados que mostram a incidência de tributos mais forte entre os pobres.

Segundo ele, 1,8% da renda dos mais pobres é gasta com IPTU, enquanto 1,4% da renda dos mais ricos é gasta com o imposto. "O IPTU das mansões é proporcionalmente menor que o da favela", disse.

O efeito dos impostos indiretos, segundo ele, também é maior para as classes de baixa renda. Os 10% mais pobres do país sofrem com incidência de 29,7% de carga tributária, enquanto para os mais ricos essa carga de tributos indiretos é de 10,7%. O estudo mostra, por exemplo, que 16% da renda dos 10% mais pobres é gasta com ICMS, enquanto o gasto dos mais ricos com esse imposto é

de 5,7% da renda.

Na comparação apenas da tributação direta, como o Imposto de Renda, os mais pobres não pagam nada, e os mais ricos, 3,8% de sua renda. FOLHA DE SP

## Só 7 escolas estaduais são de 1º mundo

Baixo desempenho da rede de 5.183 colégios foi apontado no Idesp, índice do próprio governo paulista

Para secretária, nível é baixo porque primeiro buscou-se pôr todos na escola; sindicato dos professores aponta más condições de trabalho

DA REPORTAGEM LOCAL

DA FOLHA ONLINE

Somente sete das 5.183 escolas estaduais paulistas possuem qualidade de ensino equivalente à média de países desenvolvidos, segundo dados da própria Secretaria da Educação.

Nenhum colégio de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental atingiu o patamar. Das sete que alcançaram, duas são do ensino médio e cinco de 5ª a 8ª séries.

O desempenho foi apontado no Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), apresentado ontem pela gestão José Serra (PSDB), que será utilizado para verificar a qualidade de ensino das escolas. A intenção do governo é que os dados sirvam para que os pais acompanhem a evolução do colégio de seus filhos. Também serão utilizados como critério para bônus aos educadores -as secretarias da Fazenda, Planejamento e Gestão ainda definirão as outras variáveis.

O Idesp considera dois fatores: o desempenho dos estudantes em uma prova (o Saresp, do próprio governo) e o tempo que os estudantes demoram para se formar em um ciclo (fluxo escolar). A escala vai de zero a dez.

Além da criação do indicador, a secretaria estabeleceu metas para cada nível de ensino, para cada escola. Há objetivos a serem alcançados anualmente, mas a intenção é que em 2030 a rede esteja com patamares semelhantes aos países da OCDE (entidade que reúne os países desenvolvidos, como Alemanha e Finlândia).

Se estivessem na escala do Idesp, os membros da OCDE teriam média 7 para os primeiros quatro anos do fundamental; 6 para os anos finais desta etapa; e 5 para o ensino médio. Hoje, apenas sete escolas do Estado estão nesses patamares.

As melhores no ensino médio segundo o Idesp -e que já estão no nível de países desenvolvidos- são: Papa João 6º, de Santo André (Grande São Paulo), com índice de 6,21, e Baptista Doeli, em Dolcinópolis (599 km de São Paulo), que obteve 5,39. As médias na rede são 3,23 (1ª a 4ª); 2,54 (5ª a 8ª); e 1,41 (ensino médio).

Para a secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, a qualidade na rede é baixa "porque nos últimos anos buscou-se colocar todos os alunos na escola; agora, é preciso trabalhar a qualidade".

Já a Apeoesp (sindicato dos professores) atribui o baixo desempenho às más condições de trabalho, como salas superlotadas e salários baixos. FOLHA DE SP

## Ipea: 10% mais ricos têm 75% da renda do país e pobres pagam mais impostos

Publicada em 15/05/2008 às 14h12m

Cristiane Jungblut - O Globo

BRASÍLIA - Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada nesta quinta-feira mostrou que o atual sistema tributário do país faz com que os mais pobres paguem mais impostos que os mais ricos.

Segundo o levantamento, os 10% mais pobres pagam 32% de sua renda em impostos e contribuições, enquanto os 10% mais ricos pagam só 22%. Já os extremamente pobres entregam

44,5% do que ganham para o Estado. O Ipea mostrou ainda que os 10% mais ricos concentram 75% da riqueza e da renda nacional.

( [Clique aqui e leia a íntegra da pesquisa](#) ).

Como exemplo da desigualdade, o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, citou o fato dos 10% mais pobres gastarem 1,8% da renda com IPTU, enquanto a mesma porcentagem de mais ricos desembolsam 1,4% com o imposto.

" O pobre está lascado por ser morador da favela. Quem é pobre no Brasil está condenado a pagar mais imposto "

- O pobre está lascado por ser morador da favela. Quem é pobre no Brasil está condenado a pagar mais imposto - afirmou Pochmann, para quem a maior incidência de carga tributária se dá entre os que ganham entre 5 e 30 salários mínimos (R\$ 2.075 a R\$ 12.450).

Presidente do Ipea defende mudanças no IR

Ao apresentar o estudo sobre carga tributária, Pochmann defendeu mudanças no atual sistema do Imposto de Renda, afirmando que é preciso haver mais faixas de alíquota e que o atual sistema de duas faixas (15% e 27,5%) não é o ideal, já que a primeira seria muito alta e a última muito baixa. Pochmann disse que nos outros países há até cinco faixas, o que também teria ocorrido durante o regime militar brasileiro:

- Tínhamos um sistema melhor - lamentou ele, acrescentando que poderia haver faixas de até 40% a 50%.

O presidente do Ipea também disse que a CPMF era um imposto moderno e que conversava com futuro, "uma vez que conseguia taxar uma riqueza imaterial, que é a que circula no mercado". Ele também criticou a proposta de reforma tributária do governo, dizendo que ela não tem objetivo de promover a igualdade.

- Não percebo o princípio de que ela busque a equidade fiscal. Não acredito que ela terá impacto, para o bem ou para o mal, nas desigualdades sociais - disse. O LGOOB

## Dieese divulga estudo sobre pisos salariais

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) colocou disponível no último dia 12, em seu site na internet, o “Estudos e Pesquisas número 39, Balanço dos Pisos Salariais Negociados em 2007”.

Em 2007, 56% dos pisos salariais estabelecidos em acordos e convenções coletivas firmadas em 646 processos de negociação atingiram, no máximo, 1,25 salário mínimo. Em 2005, o primeiro ano em que o Dieese, por meio do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS) realizou este levantamento, 25% das informações então obtidas apresentavam patamar similar.

Por outro lado, no mesmo período diminuiu a proporção de categorias que negociam valores superiores a 2,5 mínimos: passaram de 9,5%, em 2005, para 4,5%, em 2007. A tendência de aproximação dos pisos salariais negociados ao salário mínimo é decorrência dos aumentos reais aplicados ao menor salário oficial do País, nos últimos anos.

Setor econômico

Estes reajustes acima da inflação resultam de campanha desenvolvida pelas centrais sindicais com o objetivo de se estabelecer uma política de correção para este piso. Entre 2005 e 2007, o aumento real do salário mínimo correspondeu a 19%, quando comparado com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar desta concentração de pisos mais perto do salário mínimo, as negociações de 2007 foram favoráveis aos trabalhadores e asseguraram aumentos reais de salário ([leia mais](#)), principalmente para o piso, que historicamente tem tratamento diferenciado nas negociações. Assim, embora os ganhos alcançados pelos pisos tenham sido inferiores aos obtidos pelo salário mínimo, esse resultado decorre mais da evolução do salário mínimo e menos da negociação dos pisos salariais. Quando se considera o comportamento dos pisos segundo setor econômico, verifica-se que o pior resultado ocorreu no setor rural, onde aproximadamente 90% dos pisos acordados superaram o

mínimo em no máximo 25%. No comércio, 85% das negociações conquistaram pisos de até 1,5 mínimos e 9%, obtiveram pisos superiores a 2 mínimos.

#### Formação universitária

Na indústria, quase 80% das convenções e acordos fixaram pisos de até 1,5 salário e mais da metade não superou 1,25. Nos serviços está o maior percentual de pisos que valem mais de 2 mínimos: 14%. Mas o maior piso foi localizado na indústria metalúrgica: 8,5 mínimos.

Os dados de 2007 mostram que os pisos salariais pagos a trabalhadores com formação universitária chegam a corresponder a 2,8 vezes o dos que não têm o mesmo nível de escolaridade. Do painel de 646 informações consideradas em 2007, 33% dos pisos negociados no último ano encontravam-se abaixo do salário mínimo de R\$ 415, fixado a partir de 1º março de 2008.

Parte deles correspondia a categorias com data-base entre janeiro e março e que provavelmente já alteraram seus valores. Porém, cerca de 23% do painel são de meses posteriores e seus valores devem ser automaticamente reajustados para o valor do mínimo. (Fonte: CTB)

## Presidente Lula sanciona projeto que torna Justiça mais rápida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado do ministro da Justiça, Tarso Genro, sancionou na última quinta-feira (8) o Projeto de Lei 1.213/07 (PLC 117/07, no Senado). A proposta altera o Código de Processo Civil com o objetivo de tornar mais rápido o trâmite de recursos repetitivos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Trata-se da [Lei 11.672](#), de 8 maio de 2008.

Encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional em 2007, a medida permite que os recursos com teses idênticas sejam resolvidos já nas instâncias anteriores, sem a necessidade de encaminhamento ao STJ, cumprindo os princípios básicos de ampla defesa, devido processo legal e contraditório.

De acordo com o STJ, a norma visa reduzir em aproximadamente 75% o número de recursos apresentados ao órgão. O procedimento já é utilizado no Supremo Tribunal Federal (STF), que impede que matérias julgadas anteriormente sejam analisadas novamente pela Corte.

Lula disse que a aprovação do projeto pelo Congresso e a sanção presidencial é fruto de um esforço conjunto entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, como prega o acordo "Pacto por um Judiciário mais Rápido e Republicano", assinado pelos três poderes em 2004.

#### Modernização

O ministro da Justiça considerou a sanção uma conquista histórica para o estado brasileiro. "Aqui temos um marco de modernização político- institucional do estado brasileiro e de muita influência positiva dentro do poder Judiciário", destacou.

A lei tem o objetivo do combate sistemático à morosidade da justiça e é uma das prioridades da gestão do ministro Tarso. O ministro lembrou, ainda, que experiências tão exitosas entre os três poderes da República tornam o sistema de justiça "mais rápido, mais acessível, mais transparente e mais republicano".

Estiveram presentes à sole nidade o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Gomes de Barros; o advogado-geral da União, José Antônio Dias Tofolli; e os secretários do MJ de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto; de Assuntos Legislativos, Pedro Abramovay; e de Direito Econômico, Mariana Tavares.

#### Sanção

Após a sanção do PL, o trâmite de recursos especiais passa a funcionar da seguinte maneira: o presidente do tribunal de origem, quando verificar grande quantidade de recursos sobre a mesma matéria poderá selecionar um ou mais processos referentes ao tema e encaminhar os recursos ao STJ. O julgamento dos demais feitos idênticos fica suspenso até a decisão final da Corte Superior. Após o pronunciamento do STJ, os tribunais de origem deverão aplicar o entendimento de imediato. Subirão ao STJ apenas os processos em que a tese contrária à decisão da Corte seja mantida pelo tribunal de origem.

Para que os argumentos dos recursos especiais sejam devidamente analisados, o projeto prevê a possibilidade de o relator no STJ solicitar informações aos tribunais de origem, além de admitir a

manifestação de pessoas, órgãos ou entidades sobre o recurso. O Ministério Público também poderá se manifestar sobre o processo.

Essas medidas contribuirão para reduzir a duração dos processos nos tribunais, além de representar economia para os cofres públicos, já que otimizam os gastos com materiais, infra-estrutura e recursos humanos.

A prestação jurisdicional só será efetiva se for pautada pela celeridade no trâmite do processo. Além disso, a lei garante que seja cumprida a Emenda Constitucional 45, que assegura tempo razoável ao documento e os meios que garantam a rapidez de sua tramitação.

Histórico

O PL 1.213 foi elaborado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, que ajustou o projeto em parceria com o Superior Tribunal de Justiça e o encaminhou ao exame da Câmara (Projeto de Lei 1.213/07).

No Senado, o projeto tramitou sob o número de projeto de lei da Câmara (PLC) 117/07. Ele acresce o artigo 543-C à Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ. (Com MJ)

## Duas crises e o limite ecológico do mundo. Onde vamos parar? Entrevista especial com Paul Singer

“É preciso criar, através de tributos e subsídios, um desestímulo ao consumo de carnes e derivados. É preciso torná-los mais caros ainda, fazer com que as pessoas voltem a se alimentar de vegetais. Não há outra saída.” Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, o economista Paul Singer defendeu a esta idéia de desestimular o **consumo da carne**. Mas ele enfatiza que as crises alimentícia e energética são uma só, “porque o encarecimento do petróleo passa para **os alimentos**”. Ele defende também que precisamos rever a sistematização de **distribuição de alimentos**, colocando-se radicalmente contra a importação de produtos apenas por uma razão de preços. “Os navios que trazem esses **alimentos** poluem muito, são grandes **consumidores** de derivados de petróleo e fazem piorar as mudanças climáticas”, disse.

Paul Israel Singer é graduado em Economia e Administração, pela Universidade de São Paulo (USP), onde também doutorou-se em Sociologia e obteve o título de livre-docência. É professor da USP desde 1984, além de secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e autor de inúmeros livros, entre os quais Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas (São Paulo: Contexto, 1998), O Brasil na crise: perigos e oportunidades (São Paulo: Contexto, 1999), Para entender o mundo financeiro (São Paulo: Contexto, 2000) e Economia socialista (São Paulo: Perseu Abramo, 2000).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a relação da produção e desenvolvimento dos biocombustíveis com a crise dos alimentos no mundo?

Paul Singer – Nós estamos diante de uma crise mundial basicamente ecológica, porque não estamos conseguindo mais atender às demandas economicamente solváveis. Hoje, existem milhões de pessoas, principalmente na China, na Índia e também no Brasil, que estão melhorando de vida e têm dinheiro para, ao invés de comer arroz, **comer bife**, eventualmente comprar carros. Isso significa o aumento de demanda por derivados de petróleo e **por alimentos**. No caso específico, alimentos animais exigem cereais. O vegetal que nós comeríamos, ou seja, o cereal, é dado como ração ao bicho, seja ele boi, galinha ou porco e nós, depois, comemos esse animal. Isso faz dobrar o gasto do trabalho humano, o uso da terra, a necessidade de água, enfim, se usa o dobro de recursos naturais para obter o mesmo efeito, que é a alimentação.

Em **relação aos automóveis**, temos uma situação conhecida por todo o mundo. Na Índia, inventaram até o carro mais barato do mundo, que também consome derivados do petróleo. Então, estamos numa situação em que há uma demanda crescente de derivados de petróleo, por causa do automobilismo, provavelmente a razão imediata do encarecimento do petróleo. Este nunca foi tão

caro. O barril dele, agora, está custando U\$ 126. Mas a crise também está relacionada ao encarecimento da carne, ao encarecimento dos laticínios e até dos cereais, porque eles estão sendo hoje disputados pelos animais, por nós e pelos produtores de etanol, ou seja, os biocombustíveis, que têm ligação com a crise climática.

Ao mesmo tempo, a [crise é de alimentos](#) e energética, porque o encarecimento do petróleo passa para [os alimentos](#). Usa-se petróleo para mover os tratores, para mover as máquinas que processam o que é produzido. Então, na medida em que o petróleo e, portanto, os combustíveis aumentam bruscamente de preço, também os produtos que dele dependem aumentam de preço. São duas crises que são, no fundo, uma crise só, porque não conseguimos aumentar a produção de petróleo na medida em que estamos colocando automóveis em nossas cidades. Com isso, aumenta o efeito estufa. O preço do petróleo está desse tamanho porque, pela primeira vez na história, há demanda pelos seus derivados, não tendo produção suficiente. Então, uma parte dos que querem usar o petróleo agora já não pode pagar o preço. Isso é claro no mercado: quando você tem demanda, o preço dispara. Conseqüentemente, a parte mais pobre dos demandantes é colocada para fora. Você tem uma inflação de gasolina e outros derivados de petróleo e uma [inflação de alimentos](#) que também faz a mesma coisa, ou seja, coloca para fora do mercado os mais pobres, que estão, inclusive, sujeitos à fome. Pelo que averigüei, já em 37 países houve motins da fome, em que as pessoas se levantaram contra essa situação, porque não têm o que comer nem podem comprar alimentos básicos.

IHU On-Line – Por que não essa crise não foi controlada antes de chegarmos ao ponto atual?

Paul Singer – Boa pergunta! Em 1974, o [Celso Furtado](#) [1] escreveu um livro chamado O mito do desenvolvimento (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974), em que ele sustentava a tese de que era um mito imaginar que através do desenvolvimento econômico o mundo inteiro desfrutaria algum dia do padrão de [consumo dos estadunidenses](#). Ele tinha certeza, assim como embasamento, para afirmar que tal fato não aconteceria nunca. E que, portanto, o desenvolvimento não se poderia gerar por falta de recursos naturais. Ele disse isso há 34 anos. Nessa época, eu li e achei que ele teve um ataque de malthusianismo [2]. Isso porque Malthus, há 200 anos, dizia que a Terra era finita, que os recursos naturais acabariam e que o aumento da população resultaria em fome etc., na medida em que estávamos indo para além da capacidade da Terra. A tese do Malthus foi várias vezes refutada porque houve diversos avanços científicos que permitiram a utilização de recursos naturais e que na época dele não existiam. Em 1974, nós acreditávamos que o Celso estava um pouco pessimista demais porque, na medida em que os recursos naturais se esgotavam, outros substitutos eram encontrados. Tipicamente, no lugar do petróleo que está acabando, nós desenvolveríamos biocombustíveis, energia eólica, energia solar, e assim por diante. Só que o Celso estava certo e nós errados, isto é, ele não estava sendo excessivamente pessimista. Chegou o momento em que a pressão da demanda está muito mais forte do que a capacidade do avanço científico de resolver, através de novas tecnologias, esses impasses.

IHU On-Line – O senhor afirma que as pessoas querem ter o padrão de vida das propagandas e que, se passarmos a consumir o que os estadunidenses consomem, vamos romper com os limites da natureza. O que podemos fazer, então, para conter essa crise?

Paul Singer – Quem [está consumindo](#) são os mais ricos. Os outros não estão podendo consumir. Se mais gente quiser comer derivados da carne, ela irá subir mais ainda e os que tiverem menos dinheiro irão ficar de fora. Não podemos cruzar os braços e ficar chorando. Em primeiro lugar, precisamos criar uma condição de usar, da melhor maneira possível, aquilo que temos. Existem alternativas para melhorar a produção agrícola. Nesse tempo todo, no entanto, não se investiu na agricultura da pequena propriedade, que é ecologicamente viável. Nós temos dois tipos de agricultura hoje no mundo: a industrial, aplicada pelas grandes empresas capitalistas, e a camponesa, que aplica uma tecnologia pré-industrial. A agricultura industrial é extremamente predatória com os recursos naturais, o que é um consenso científico. O uso intensivo de agrotóxicos envenena a terra, a atmosfera e a água dos lençóis freáticos e dos rios. Enquanto isso, a agricultura camponesa é respeitosa, pois não estraga nada. Então, nós precisamos converter a agricultura numa

agricultura camponesa, combinando os conhecimentos tradicionais dos camponeses com a ciência mais avançada. Nós precisamos aprender novamente a agricultura dos camponeses.

IHU On-Line – Então, a expansão da agricultura familiar pode ser uma forma de conter essa crise alimentícia?

Paul Singer – Exatamente.

IHU On-Line – A crise energética também?

Paul Singer – Não. Para a **crise energética**, teremos de encontrar outras soluções. Uma delas é reduzir drasticamente o número de automóveis em nossas cidades. Eles são poluentes, congestionantes e caóticos. Em São Paulo, houve um boom de automóveis. Estão vendendo, hoje, automóveis a prazo: você pode pagá-los em até oito anos. Obviamente, **nenhum automóvel** dura oito anos, pois, nesse meio tempo, ele desvaloriza. Enfim, é uma loucura. O fato concreto é que há uma crise de trânsito em São Paulo. A cidade não anda, tem congestionamentos o dia todo e até em lugares onde ninguém imagina existir. Há ainda a poluição que os automóveis causam, algo muito grave. Precisamos oferecer uma condução que seja mais racional e compatível com a natureza. Isso significa usar o metrô, a bicicleta.

Paris criou, por exemplo, ciclovias pela **cidade inteira**, tendo uma faixa exclusiva para bicicletas. Em muitas cidades da Europa, a municipalidade **coloca bicicletas** em pontos estratégicos, como nas estações de metrô. Então, você sai do metrô e aluga uma bicicleta por um preço muito barato e vai até onde precisa ir. Além de não ser poluente, do ponto de vista da saúde é muito bom também, pois é um exercício que as pessoas fazem. Para solucionar em parte a **crise energética**, precisamos reformular inteiramente o transporte urbano, tornando-o não poluente e não criando mais consumidores vorazes de **combustíveis fósseis**.

Por outro lado, é preciso criar, através de tributos e subsídios, um desestímulo ao consumo de carnes e derivados. É necessário torná-los mais caros ainda, e fazer com que as pessoas voltem a se alimentar de vegetais. Não há outra saída. Os governos precisam fazer isso para que os pobres possam comer. Não estou dizendo que devemos virar inteiramente vegetarianos – o que seria uma boa alternativa –, mas, pelo menos, não deveríamos comer carne todos os dias. Eu estou numa classe social em que como carne no jantar e no almoço. Isso não será mais possível. Acredito que, através de instrumentos tributários, junto com educação alimentar, a população possa ter uma dieta mais compatível com a disponibilidade de terra e sol que temos.

IHU On-Line – O senhor acredita que a população mundial que não sofre com a fome já tomou consciência da dimensão dessa crise e das conseqüências que ela nos trará?

Paul Singer – A população não precisa pensar. Se a **carne** estiver tão cara a ponto de a população não conseguir pagá-la, ela terá de achar um substituto e pode ser que a indústria encontre formas apetitosas de satisfazer a fome sem mais do que duplicar a produção de cereais. Segundo um estudo da ONU, para produzir um quilo de carne bovina, são usados sete quilos de cereais. Não dá para fazer mais. Nós precisamos reorganizar nosso consumo alimentar de maneira com que todos possam comer.

IHU On-Line – Alguns lugares estão sentindo o que é a crise dos alimentos pela elevação dos preços dos produtos. Mas o que fazer para conter a crise da fome?

Paul Singer – Eu gostaria que não houvesse fome para ninguém, o que é um direito fundamental. Deixar uma criança subnutrida é um crime. Para isso, o governo pode racionalizar os alimentos e distribuir de forma limitada para que todos, pelo menos, possam **comer vegetais**. E quem tiver dinheiro e quiser comer carne, tudo bem. Tudo isso precisa ser muito discutido, mas, de qualquer modo, a direção para qual devemos nos encaminhar é essa. Essa crise alimentar vem do fato de que os chineses comiam arroz e agora estão comendo manteiga, queijo, iogurte e carne. Só que eles são um terço da população. Pensemos nisso! Os hindus também passaram a comer carne, e os brasileiros aumentaram em 70% o seu **consumo de carne**. Há outros países implicados nisso também. É preciso que todos comam menos carne. No entanto, deve ser um gesto democrático. A ONU será o instrumento para sairmos dessa crise. Nós teremos de transformá-la num governo mundial.

IHU On-Line – Como a soberania alimentar pode contribuir para conter essa crise?

Paul Singer – A **soberania alimentar** é uma coisa boa no sentido de você não depender de preços internacionais e de alimentos que chegam do outro lado do mundo, mesmo porque isso é muito poluente. Hoje, o comércio internacional está exagerado, a globalização levou o comércio internacional a níveis desnecessários. Não tem sentido você importar da China brinquedos estofados e outras coisas. Os navios que trazem esses alimentos poluem muito, são grandes consumidores de derivados de petróleo e fazem piorar as mudanças climáticas. É preciso reduzir todo o comércio internacional e fazer apenas comércio internacional daquilo que não pode ser produzido localmente. Por razões de preço, importar montanhas de coisas é um absurdo. Isso, nesse mundo que está chegando ao limite ecológico, precisa ser feito. Os camponeses já perceberam isso há mais anos, o que já é uma reivindicação da economia solidária européia. INSTITUTO HUMANITAS

## Projeto 'Floresta Zero' é o novo temor dos ecologistas

A saída da senadora Marina Silva (PT-AC) do comando do Ministério do Meio Ambiente deixou ambientalistas especialmente preocupados com a possibilidade da aprovação do projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que permite a redução de reservas com vegetação nativa em fazendas da Amazônia. O projeto já foi aprovado no Senado em primeiro turno e, agora, está em tramitação na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. O relator da proposta, Jorge Khoury (DEM-BA), deverá apresentar parecer sobre o assunto até o mês que vem. A reportagem é de Jailton de Carvalho e publicada pelo jornal O Globo, 16-05-2008.

— A Marina se colocou, desde o início, contra o projeto. Não queria nem discutir essa proposta. E estava certo que, se o projeto fosse aprovado, ela iria sugerir o veto ao presidente Lula. Agora, com o novo ministro, não sabemos se isso vai acontecer — afirmou o coordenador da Campanha contra o Desmatamento do Greenpeace, Márcio Mastrini.

Área de vegetação nativa cairia de 80% para 50% Segundo ele, o projeto, batizado de “Floresta Zero” pelos ambientalistas, facilitará ainda mais a devastação ambiental na Amazônia. A proposta elaborada por Khoury, a partir do projeto de Flexa Ribeiro, permite que 30% da área de reserva legal obrigatória em propriedades rurais na Amazônia sejam reflorestadas com vegetação exótica, ou seja, de fora da região.

Com a mudança, a área de reserva legal com vegetação nativa, que hoje é de 80%, cairia para 50%. O projeto permite ainda que o desmatamento num determinado estado seja compensado com o reflorestamento em outra unidade da federação.

— É enorme o potencial de devastação desse projeto — disse Mastrini.

O receio tem como origem a movimentação da bancada ruralista, que está se rearticulando para aprovar logo o projeto na Câmara. A proposta foi retirada de pauta no início deste mês, por pressão do ambientalistas e também do Ministério do Meio Ambiente. Mas, segundo Khoury, o novo relatório deve ir a votação no plenário da Comissão de Meio Ambiente já no próximo mês. A partir de então, a proposta seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisará apenas a análise sobre a constitucionalidade do projeto.

— Esperamos que o novo ministro abra o diálogo, que estava fechado com a ministra Marina desde o ano passado, e que a gente possa aprovar logo nosso projeto para o desenvolvimento sustentável do país — afirmou Ribeiro.

O senador disse que respeita muito a ex-ministra, mas diverge de Marina sobre o melhor modelo de preservação da Amazônia. INSTITUTO HUMANITAS

## IR na ditadura era mais justo, diz Pochmann, criticando a proposta de reforma tributária

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, não vê na proposta de **reforma tributária enviada ao Congresso** objetivo de promover maior justiça fiscal, ou seja, criar um ambiente no qual os que ganham mais pagam mais impostos. Na sua avaliação, ela foi preparada para dar mais eficiência à economia. Sua posição foi revelada ontem em um seminário sobre o tema realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ligado à

Presidência da República. "A proposta apresentada está dialogando com a eficiência econômica e com a repartição dos tributos. Entendo que essa reforma não é um fim em si mesma. Diz respeito a um ciclo de reformas que atuam sobre a questão tributária. Neste momento, não está presente o tema da equidade fiscal", comentou. A reportagem é de Arnaldo Galvão e publicada pelo jornal Valor, 16-05-2008.

Pochmann criticou duramente o atual sistema tributário porque ele acentua as desigualdades sociais. Citou que o Imposto de Renda das pessoas físicas, o mais progressivo dos tributos, era mais justo na ditadura militar. O presidente do Ipea atacou o fato de o IR das pessoas físicas ter apenas duas alíquotas (15% e 27,5%). No período 1979-1982, o IR tinha 12 alíquotas que iam de zero a 55%. "O regime militar tinha política de imposto de renda mais voltada para a redução da iniquidade.

Chegamos a ter 13 faixas de tributação e os níveis mais baixos pagavam menos imposto que atualmente. O IR com apenas duas faixas retira o potencial redistributivo que poderia ter", lamenta. A experiência de países que buscam mais justiça tributária indica, de acordo com o Ipea, um modelo de IR com mais faixas e menor tributação sobre as rendas menores. No nível dos mais abastados, as alíquotas ficam entre 40% e 50%, muito acima do teto de 27,5% no Brasil.

A cobrança de um imposto sobre grandes fortunas também é defendida por Pochmann. O Ipea estima que a riqueza acumulada no Brasil seja quatro vezes maior que o PIB. Portanto, argumenta que, cobrando alíquota de apenas 1%, a arrecadação seria de R\$ 100 bilhões. Apenas 10% da população têm 75% da riqueza na forma de patrimônio territorial e títulos financeiros.

Além de atacar a injustiça tributária no IR, ele alerta que o Estado fica pouco capacitado para interferir efetivamente no ataque à desigualdade. Isso porque dos 33,8% do Produto Interno Bruto (PIB) referentes à carga tributária em 2005, apenas 12,1% são o que o Ipea chama de "carga tributária líquida" (desconsiderando juros, subsídios e transferências). Portanto, naquele ano, sobrou aproximadamente um terço da arrecadação para investimento livre em políticas que combatam a desigualdade.

O quadro atual no Brasil, na análise de Pochmann, é de extrema injustiça tributária porque a carga suportada pelos mais pobres é 44,5% maior que a imposta aos mais ricos. A sugestão do presidente do Ipea para a reforma tributária é dar mais ênfase aos tributos diretos, como os que incidem sobre veículos (IPVA), e propriedades (IPTU e ITR). Atualmente, lamenta que as normas não ajudam a fazer com que pobres paguem menos impostos que ricos. "Palacetes pagam menos IPTU que favelas", ressalta.

O Ipea mostra que os 10% mais ricos concentram 75% da renda nacional. Como exemplo da desigualdade, Pochmann cita que os 10% mais pobres gastam 1,8% da sua renda com IPTU, mas os 10% mais ricos desembolsam 1,4%. A maior incidência de carga tributária está na faixa dos contribuintes que ganham entre cinco e 30 salários mínimos (R\$ 2,075 mil a R\$ 12,45 mil).

A reforma tributária pode ajudar a combater a desigualdade e o Brasil precisa, na interpretação de Pochmann, aproveitar essa oportunidade para mudar profundamente o sistema no sentido da maior equidade. Ele adverte que, no país, a renda primária é mal distribuída mas o sistema tributário acaba aprofundando essa desigualdade. Outra recomendação do presidente do Ipea é abandonar tributos antigos e adotar formatos mais modernos. Exemplo de modernidade, segundo Pochmann, é a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) porque "conversa com o futuro e não precisa de fiscais". INSITUTO HUMANITAS

## Estar mais tempo no trabalho não significa trabalhar mais

A nova geração reclama empregos que deixem espaço para a vida pessoal, mas se chocam com a antiga idéia de dedicação absoluta. Algumas empresas já começam a revisar seus esquemas. Órgão espanhol elabora os "10 Mandamentos da Racionalidade dos Horários de Trabalho".

Segue a íntegra da matéria de J. A. Aunió publicada no El País, 01-05-2008. A tradução é do Cepat.

Um empregado, sentado diante do computador, acaba de terminar o seu trabalho, mas olha ao seu redor, receoso, e vê que nenhum de seus colegas se move da cadeira apesar de já ser tarde. Já não

vai trabalhar mais, mas ele também não se mexe, vai que pensem que está se “enrolando”. A crença de que quanto mais horas um trabalhador passa na cadeira é sinal de maior esforço, implicação e rendimento, se choca com os dados da Espanha. É um dos países da Europa em que se joga mais horas ao lixo – cerca de 200 horas a mais ao ano que os franceses, dinamarqueses ou alemães –, e mesmo assim continua no final da fila da produtividade.

Hoje [1º de Maio] é o Dia do Trabalhador/a, com o lema Igualdade, salário digno e investimento produtivo, num contexto em que as formas mais variadas de organizar o tempo de trabalho (da flexibilidade às jornadas contínuas só pela manhã ou ao teletrabalho), se chocam com as velhas concepções. Sobretudo, contra essa cultura presencial tão arraigada na Espanha, de horários intermináveis sob o atento olhar do chefe fiscalizador.

“Evite e combata, na medida do possível, o presencialismo. A competitividade faz com que se necessite trabalhar melhor. As empresas cada vez mais avaliam os seus empregados de acordo com os seus resultados. Passar 12 horas por dia no escritório não nos ajudará a ser mais valorizados nem a ser mais produtivos nem mais eficazes”. Este é um dos pontos do decálogo que a Comissão Nacional para a Racionalização dos Horários na Espanha distribuiu por ocasião do Dia do Trabalho. Mas a realidade é que em muitos empregos – talvez a maioria deles –, passar 12 horas no escritório ajuda a ser mais valorizado. “Lamentavelmente, é assim, mas cada dia a mudança é mais real”, responde Ignacio Buqueras, presidente da Comissão.

A baixíssima produtividade espanhola obrigou as empresas a se recolocarem a sua organização do trabalho e, além disso, as novas gerações chegam exigindo um emprego que lhes dê espaço para a sua vida pessoal, garante Nekane Rodríguez, diretora comercial e de marketing da Consultora Create, especializada em recursos humanos. Na sociedade do conhecimento, continua, se faz cada vez mais necessário atrair e reter o talento, “que não é outra coisa que a soma de capacidade e compromisso”.

Mas, a situação atual é outra. Escassos 7% das empresas espanholas oferecem horários flexíveis e por objetivos, segundo o estudo do IESE [Instituto de Estudos Superiores da Empresa] sobre empresas familiarmente responsáveis. E à cultura presencial se somam valores arraigados que se traduzem muitas vezes no que a professora da Universidade de Sevilha, Mercedes Sánchez-Apellániz, chamou, num estudo de 2004, de empresas com cultura “de trabalho obsessivo”: “Nelas, trabalhar muitas horas é sinal de dedicação e, portanto, de promoção profissional. Sair na hora normal é interpretado como falta de motivação”.

Entretanto, Ignacio Buqueras é otimista, não apenas pela crescente pressão dos empregados que reclamam soluções de conciliação, mas pelo número de empresas que começam a responder. Fala, por exemplo, da Iberdrola, que recebeu o certificado de empresa familiarmente responsável dado pela Fundação + Família e é apoiada pelo Ministério do Trabalho.

Desde novembro passado, esta empresa estabeleceu a jornada contínua pela manhã durante todo o ano para cerca de 7.000 trabalhadores. A jornada de trabalho começa às 7h30 e 7h55 e termina entre 15h5 e 15h30. Em compensação, os empregados trabalham 10 minutos a mais por dia, cerca de 40 horas a mais por ano. Nestes seis meses, o absentismo foi reduzido em 25%, garante Álvaro Murga, diretor de Relações de Trabalho da Iberdrola. “As pessoas estão muito mais motivadas e rendem muito mais”.

A jornada é interrompida às 15h30, mas Murga matiza que quando há mais trabalho as pessoas ficam até quando se fizer necessário (na Fundação ONCE inclusive interrompem o fornecimento de energia quando cai a tarde para que ninguém fique mais tempo). A pergunta é: este novo horário introduzido na Iberdrola fez com que termine o medo desse trabalhador com o que acaba de ser dito no começo deste texto e com a tentação de alongar a jornada para obter méritos? “O empregado não é avaliado pelo tempo que passa aqui e eles sabem disso”, contesta Murga. Cada um tem objetivos e uma avaliação aos quais estão ligados alguns complementos e, desde o último convênio, também o aumento do salário fixo.

As coisas estão mudando, disse Murga, e daqui para frente mais pessoas passarão a exercer o teletrabalho. Carmen Ruiz (43 anos) é gerente na Consultora PriceWaterhouseCoopers e, de um ano e meio para cá trabalha até um terço do tempo em casa, como outros 99 colegas de sua empresa.

Está no escritório até às 16h30-17h, pega seus filhos no colégio e na metade da tarde retoma o trabalho em casa. Esta é a solução que ela encontrou, mas alguns de seus colegas, conta, escolheram um dia por semana para trabalhar em casa. Carmen Ruiz necessita dedicar mais tempo a um de seus dois filhos, e está encantada com esta solução: “Deixei de ser premida pela luta diária entre a vida profissional e o trabalho. Agora estou mais contente no trabalho, faço-o melhor, assim como as tarefas em casa”.

A verdade é que as experiências se multiplicam – a MRW é outro exemplo de fomento do teletrabalho –, mas esta modalidade quase não tem incidência na Espanha. Independentemente dos critérios utilizados na análise, todas as pesquisas deixam a Espanha no final da fila. Um estudo da Comissão Europeia dizia que em 2003, o teletrabalho (segundo uma definição bastante aberta) representava 4% na Espanha, frente aos 13% da média da União Europeia e aos 18% da Suécia. E uma pesquisa do portal Monster.com dizia que em 2004, na Espanha era de 0,6% frente aos 5% da média europeia.

O certo é que o teletrabalho não é possível em todas as ocupações, como lembra uma de suas beneficiárias, Carmen Ruiz, e que está muito vinculado, sobretudo, aos empregados de maior qualificação. Mas, acaso essas ocupações são mesmo tão poucas? Ou existe o medo de que o empregado não trabalhe se não for controlado no escritório?

Um recente estudo do professor da Escola de Negócios britânica Durhan Business School, Tom Redman, assegura que o teletrabalho não reduz o compromisso dos empregados (69% dos teletrabalhadores responderam que fazem seus os problemas da empresa, a mesma porcentagem dos que atuam no escritório) e, contudo, reduz o estresse (43% frente a 69%).

Entre 5% e 10% dos 11.000 trabalhadores do enorme complexo da Telefónica em Madri desenvolvem seu trabalho na modalidade teletrabalho. Mas, José Luis Escobar, diretor de Patrimônio da empresa, aposta antes no trabalho de mobilidade, ao qual estão adscritos em torno de 20% desses 11.000 empregados, ainda que, mais uma vez, não esteja aberta a todos os trabalhadores.

Com um laptop que se conecta a partir de qualquer lugar, estes trabalhadores se deslocam, sem um escritório fixo, entre prédios da companhia ou despachos de clientes, e visitam de vez em quando algumas mesas que costumam estar vazias em seu escritório. Escobar explica que esta medida, se bem que faz com que os empregados ganhem tempo – “creio que torna a vida deles mais fácil” –, foi tomada por necessidade. E admite que requer novas formas de avaliar a dedicação dos empregados, por objetivos. “Mas isto já começa a mudar nos anos 90”, disse.

Nekane Rodríguez, da Consultora Create, disse, no entanto, que ainda há muito caminho a percorrer para mudar essa mentalidade empresarial e romper com essa cultura que consiste em dedicar a maior parte do dia ao escritório, ainda que na realidade não se esteja realmente trabalhando. Nas companhias, explica, coexistem várias gerações, as mais jovens, que querem conciliar, com as maiores, que foram educadas na idéia de que o mais importante é o trabalho, e com outras intermediárias em que essa concepção se foi diluindo. “Nesse contexto, as mudanças são muito difíceis, sobretudo se há empresas que se deram bem com os velhos sistemas”, assinala Rodríguez. “É preciso lembrar que as mudanças culturais são muito lentas”.

Porque no fundo dessa cultural empresarial subjaz novamente o problema dos horários espanhóis, tão diferentes do resto da Europa. “Na Espanha nunca se trabalhou das 9h às 17h, mas antes até às 20h ou às 21h”, lembra Vincent Borràs, pesquisador do Centro de Estudos Sociológicos sobre a vida cotidiana e o trabalho na Universidade Autônoma de Barcelona. “Os horários de todos os serviços se estendem ao dia todo, e quem paga isto, fazendo os piores turnos, são as classes mais pobres. Quanto às classes médias, o que acontece é que se tem uma faixa de trabalho muito larga, ainda que na realidade sejam horas vazias porque há muitas rupturas”.

O assunto dos almoços na Espanha também foi amplamente tratado, não só pelo horário em que é feito, mais tarde que no resto da Europa, mas pelo seu prolongamento. “O chefe é um pouco a cultura da empresa, e na Espanha estão muito arraigados os almoços de negócios”, acrescenta. Borràs dá um exemplo que encontrou recorrentemente durante as entrevistas que fez em suas pesquisas. Um advogado, por exemplo, terminou seu trabalho às 17h, exatamente na hora em que o

chefe voltou do almoço com todas as idéias que queria que seus empregados desenvolvessem nessa mesma tarde. E recomeçou.

Mas o chefe não tem toda a culpa. “As pessoas não querem ter tempo livre. É uma cultura do estou sempre trabalhando, estou sempre ocupado, que, além disso, é muito valorizada socialmente. Uma cultura muito masculina que só se começa a romper com a incorporação em massa das mulheres de classe média ao mercado de trabalho”, acrescenta Borràs.

Uma vinheta da Forges publicada neste jornal há dois anos, que decora a parede de mais de um escritório, resume perfeitamente muitos usos e costumes espanhóis. Nela, um trabalhador de escritório, estirado na cadeira, diz a outro: “Ahummm! Nove horas..., vou para casa: certamente as crianças já tomaram banho”. E o outro, na mesma postura, com os pés sobre a mesa, responde: “Eu fico até às dez, senão tenho que soltar o cachorro”.

Há muitas formas de estar no trabalho, mesmo que se esteja com o traseiro na cadeira. Além do absenteísmo do trabalho, Nekane Rodríguez fala do absenteísmo presencial, que consiste em dedicar horas de trabalho a atividades alheias a ele, como verificar o próximo destino de férias ou ver o futebol – quanto diminuirá a produtividade do trabalho durante um jogo? –, ou o emocional, isto é, a falta de compromisso com a empresa.

Sem dados concretos sobre esses outros tipos de absenteísmo, mas admitindo sua existência, esse comportamento parece a explicação mais lógica para os dados das longas jornadas espanholas associadas a uma baixa produtividade. Então, as respostas do chefe podem ser: controlar e fiscalizar de perto o trabalho do empregado ao velho estilo, ou controlar se o empregado cumpre com seus objetivos, tentando assim mesmo implicar mais o trabalhador com a empresa através de medidas de conciliação e de qualidade dos chefes, sustenta Nekane Rodríguez.

Avançou-se muito, insiste, e acredita, como Ignacio Buqueras, que o processo de mudança já não pode ser detido. “A não ser que a crise o estropeie”, matiza Rodríguez. “Em tempos de crise, como a que se avizinha, parece que quanto mais horas se desperdiçam – muitas vezes se reduzem as planilhas – melhor se vai sair na frente, quando na verdade consiste em seguir investindo em talento”.

#### Decálogo racional

A Comissão Nacional para a Racionalização dos Horários Espanhóis fez o seguinte decálogo de propostas por ocasião do 1º de Maio.

1. Separe o pessoal do profissional. Procure seguir a regra de oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de tempo livre.
2. Priorize. Nem todas as tarefas pendentes são urgentes; umas são mais urgentes que outras. Organize seu tempo em função destas e não desvalorize o sentido da palavra “urgente”.
3. Aprenda a dizer “não”. Esta decisão lhe ajudará a gerir adequadamente o tempo e a evitar tarefas que não lhe correspondem.
4. Planeje-se. O planejamento é uma pedra angular da gestão do tempo. Algo tão simples como escrever uma lista de tarefas é muito útil.
5. Seja respeitoso com o tempo. Se você se comprometeu a não se estender para além de um determinado tempo na realização de uma tarefa, seja escrupuloso com seu cumprimento, e exija dos demais que também o sejam.
6. Seja pontual. Se respeitar os horários de seus encontros ou do começo da jornada estará mais legitimado para sair pontualmente na hora.
7. Evite e combata o presencialismo. As empresas avaliam cada vez mais seus trabalhadores de acordo com os seus resultados. Passar 12h por dia no escritório não nos ajudará a ser mais valorizados no trabalho nem a ser mais produtivos nem mais eficazes.
8. Convoque reuniões apenas quando for necessário. Muitas vezes podem ser substituídas por uma simples conversa telefônica.
9. Organize suas reuniões para que não se estendam. É bom fixar não apenas um horário de início, mas também de conclusão. Previamente, mande aos participantes uma ordem do dia com os pontos a tratar, e reorienta o tema da reunião quando este se desviar.

10. Substitua os almoços de trabalho por cafés da manhã. São igualmente efetivos para a tomada de decisões, mas muito mais breves.

## Companhia Estadual de Energia é condenada a pagar R\$ 250 mil por honorários

A 4ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) aplicou os princípios de ordem pública da proporcionalidade e razoabilidade ao julgar ação em que o advogado de um sindicato receberia honorários no valor de R\$ 32 milhões, a serem pagos pela CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). O relator do recurso de revista da CEEE, ministro Barros Levenhagen, apresentou proposta para reduzir o valor a R\$ 250 mil, que foi aceita pela Turma.

De acordo com informações do tribunal, em junho de 1988, o Sinergisul (Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul) ajuizou, como substituto processual, ação de cumprimento, com pedido liminar de pagamento do acordo normativo que previa o reajuste de 26,06%, índice da inflação de junho de 1987 (conhecido como Plano Bresser). Pleiteou também o pagamento de honorários advocatícios, alegando que os trabalhadores não dispunham dos meios para responderem pelos ônus econômicos decorrentes da demanda.

A CEEE, na sua defesa, deixou de atacar o pedido de honorários advocatícios do sindicato. Ao analisar a ação, a 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS) julgou procedentes os pedidos e condenou a empresa ao pagamento dos honorários, por não ter havido contestação quanto a esse aspecto. A CEEE recorreu, então, ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, inclusive contra a condenação em honorários advocatícios.

Nessa fase recursal, houve acordo parcial quanto ao reajuste salarial. Empresa e o sindicato estabeleceram também que a base de cálculo dos honorários seria o valor do acordo, mas deixaram a questão da condenação aos honorários para o TRT decidir.

Nessa mesma hora, o sindicato cedeu o crédito dos honorários ao advogado que o assistia. O acerto foi homologado, e o Tribunal Regional, quando apreciou o recurso ordinário da CEEE, negou-lhe provimento, mantendo, assim, a sentença quanto à condenação dos honorários, que não foram objeto de composição entre as partes.

A CEEE, então, interpôs recurso de revista ao TST, embargos à SDI e recurso extraordinário (para o STF), todos sem sucesso. Agora, na fase de execução, o caso volta novamente ao TST.

Em 2002, o valor da condenação em honorários advocatícios estava em R\$ 32 milhões. O relator, ao analisar que as partes se acertaram sobre os direitos pleiteados na ação de cumprimento, salvo em relação aos honorários advocatícios, deixados de fora e transferidos ao advogado do sindicato, com a base de cálculo ali previamente estabelecida, concluiu que a deficiência da defesa da CEEE atentou contra o princípio da moralidade administrativa do artigo 37, caput, da Constituição Federal.

Ficou delineada, assim, a possibilidade jurídica da atividade cognitiva complementar sobre os critérios a serem observados para o cálculo da verba honorária. O ministro Barros Levenhagen pôde, então, aplicar o parágrafo quarto do artigo 20 do CPC, onde se estabelece que nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, “os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz”. Para o relator, a CEEE se enquadra nessa lei por ser concessionária de serviço público na área de distribuição de energia elétrica, embora seja sociedade de economia mista.

Para fixar os honorários, o ministro considerou o grau de zelo do profissional, a comodidade do lugar da prestação de serviço (em Porto Alegre) e a constatação de não lhe ter sido exigida desmesurada atividade jurídica. Afinal, a ação de cumprimento envolveu questão exclusivamente de direito e, principalmente, por ter sido firmado acordo. Com base nesse entendimento, a 4ª Turma conheceu do recurso de revista e deu-lhe provimento para reformar o acórdão recorrido e fixar os honorários advocatícios em R\$ 250 mil, valor atualizado até a data do julgamento.

## Licença-maternidade de 180 dias é aprovada em comissão

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou nesta quarta-feira (14/5) projeto que amplia a licença-maternidade de 120 para 180 dias. Pela proposta, as empresas que prorrogarem a licença receberão incentivo fiscal. Segundo informações do jornal Folha de S. Paulo, O Globo e Correio Braziliense, o projeto já foi aprovado no Senado, mas ainda precisa passar pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. De autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), a proposta prevê que as mães adotivas também terão direito ao benefício. Última instância

## 'O que este governo quer é um carimbador', afirma Greenpeace

Ambientalistas comemoraram com ressalvas a nomeação de Carlos Minc para o Ministério do Meio Ambiente no lugar de Marina Silva. A visão geral é que Minc é uma pessoa qualificada para o cargo, mas que pouco poderá fazer se as determinações do Planalto forem contrárias à política ambiental. A reportagem é de Cláudio Angelo e Daniel Bergamasco e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 15-05-2008.

"O que este governo quer é um carimbador", disse Marcelo Furtado, coordenador de campanhas do Greenpeace, em relação às licenças ambientais. Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, criticavam Marina por uma suposta lentidão na concessão de licenças a obras de infra-estrutura. Entre as ONGs, Minc tem imagem de "boa gente", mas que teve momentos de tensão com o movimento ambientalista devido à maneira como tratou os licenciamentos ambientais enquanto secretário estadual do Meio Ambiente do Rio.

Segundo Furtado, há três desafios diante de Minc: resgatar a imagem do ministério, discursar em alto nível em fóruns internacionais, como a Convenção do Clima das Nações Unidas - na qual Marina e sua política de redução de emissões de gás carbônico por desmatamento têm tido um papel de destaque -, e lidar com as solicitações de Lula e Dilma.

O consultor ambiental Fábio Feldman, secretário do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, elogia o novo ministro: "Minc é muito sério, é um ambientalista, foi um parlamentar brilhante. Mas acho que essas expectativas de que ele vá acelerar os licenciamentos ambientais é ilusória", afirma. Para ele, os licenciamentos têm um trâmite que não pode ser acelerado à revelia da legislação, e é injusto imputar a Marina a responsabilidade pelo atraso em concessão de licenças. "Se você for olhar, qual foi a licença ambiental que ela não concedeu? O [rio] Madeira saiu, Angra-3 saiu." "Selo verde"

Para Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, o que Lula quer é um "selo verde", ou seja, alguém com projeção nacional e internacional que possa substituir Marina como "cortina de fumaça" ambiental para a orientação desenvolvimentista do governo. E isso, avalia Smeraldi, Minc não tem. "A trajetória toda dele está ligada ao Rio. Nunca teve atuação nacional."

O ambientalista também elogia o futuro ministro. "O Minc é responsável e preparado. O problema é a política de governo que ele é chamado a implementar. Se for porque ele é bom em driblar obstáculos, confirma-se a visão de Lula do ambiente como empecilho", diz.

EUA

A Amazônia tem ganhado espaço nos EUA como elemento de debate que divide os ambientalistas: biocombustíveis são bons ao planeta, por serem menos poluentes, ou ruins, por provocarem desmatamento? Citado positivamente pela presidente Hillary Clinton recentemente, a produção brasileira de álcool de cana está no centro da controvérsia.

Para a ONG americana Amazon Watch, o Brasil não tem cumprido seu papel como deveria. "O governo brasileiro deve tomar seriamente a missão de ampliar a fiscalização, ser mais exigente em não deixar que a agricultura e o desenvolvimento industrial avancem sobre a floresta", diz Paul Paz Y Mino, gerente da organização.

Rodolfo Dirzo, da Universidade Stanford, na Califórnia, diz que o principal desafio é contornar o interesse empresarial. "A Amazônia brasileira entra em uma era em que é alvo do interesse de grandes companhias. O desafio é ser firme para reverter o processo." instituto humanitas

## Programa do governo estadual privilegia papeleiras

O plantio de pínus e eucalipto no Rio Grande do Sul ganhou mais um incentivo do governo estadual. Nesta terça-feira (13), foi assinado termo de cooperação técnica entre a Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Rio Grande do Sul e as empresas papeleiras Aracruz Celulose e Stora Enso e a Associação Gaúcha das Empresas Florestais (Ageflor). A reportagem é de Paula Cassandra e publicada pela Agência de Notícias Chasque, 15-05-2008.

A parceria foi firmada por meio do Programa de Parcerias pelo Desenvolvimento de Sistemas Agrossilvipastoris Irrigados (Propar). De acordo com o secretário Extraordinário de Irrigação, Rogério Ortiz Porto, o programa consiste em dar suporte técnico aos agricultores para utilizarem a irrigação nas lavouras e nas pastagens.

O primeiro setor a ser beneficiado foi o da silvicultura na Metade Sul, região que vem sendo afetada pelas estiagens.

“A intenção manifestada tanto pela Stora Enso, como pela Aracruz e pela Ageflor é de criar um sistema de produção que envolva o setor agrícola, a pecuária e a floresta, a parte florestal de silvicultura. Então, nós, entrando em contato com eles, fizemos ver, que na Metade Sul, se você não entrar com irrigação, tanto as pastagens, como a agricultura e mesmo a silvicultura ficam prejudicadas devido às estiagens prolongadas”, afirma.

Pela parceria, a empresa Aracruz Celulose vai oferecer as unidades demonstrativas, onde serão realizados os cursos para capacitar os trabalhadores rurais quanto à irrigação. O governo vai oferecer a pesquisa, o suporte e a assistência técnica, através de técnicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (Cefet-SVS), Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), Fepagro e Emater.

Questionado sobre as críticas que ambientalistas e organizações sociais têm em relação à monocultura do pínus e do eucalipto, o secretário afirma que não vê conseqüências negativas no cultivo.

“Quando você se tem qualquer cultura, qualquer tipo de vegetação, que retenha água você aumenta a evaporação e, conseqüentemente, tu realimenta o ciclo hidrológico. Então é extremamente importante que tu tenhas uma forma que retenha a água excedente no inverno. Quando se chega no verão, como você aumentou a taxa de infiltração no solo a umidade do solo é maior do que seria se tu tivesse apenas cobertura de gramíneas”, diz.

O coordenador estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Áurio Scherer, critica o incentivo governamental à produção de pínus e eucalipto, culturas que utilizam bastante água, justamente em um período em que o Estado enfrenta as estiagens.

Para ele, o governo deveria utilizar sua estrutura e órgãos, como a Emater, na construção de cisternas e outros sistemas de reservas de água para que o agricultor tenha condições de plantar.

“Lamentavelmente esse governo com o desmonte que proporcionou no ano passado, demitindo mais de 400 pessoas, que tinham conhecimento fantástico e estavam no auge da sua produção intelectual. A Emater hoje está capenga e nós precisamos imediatamente que o governo, e o MPA está defendendo isso na sua pauta, para que abra um concurso para repor esses técnicos. A política da Emater precisa estar voltada à pequena propriedade e não às grandes empresas multinacionais”, declara.

INSTITUTO HUMANITAS

## Câmara permite uso do FGTS para pagar consórcio de imóvel

Laycer Tomaz

Canziani: consumidor inadimplente, caso seja contemplado, receberá valor quitado de volta.

A Comissão Especial do Sistema Único de Consórcios aprovou nesta terça-feira, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 7161/06, que institui o marco regulatório da atividade de consórcio, com os direitos e deveres dos consumidores e das administradoras. A proposta tem 48 artigos e traz uma série de inovações. Entre elas, o relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR), destacou a permissão do uso do saldo do FGTS para o pagamento de prestações ou lances em consórcio de imóveis.

O projeto altera a Lei 8.036/90, que regulamenta o FGTS. Para usar o benefício, o mutuário terá de contar com pelo menos três anos de saldo acumulado. O segundo destaque é a possibilidade de participante inadimplente receber o saldo pago antes da liquidação do grupo, como ocorre atualmente.

Pela proposta, o consumidor em atraso continuará fazendo parte dos sorteios do grupo, não podendo, no entanto, dar lances. Caso seja contemplado, recebe o valor quitado de volta. Ou seja, o dinheiro pago poderá retornar de forma mais rápida. "O mecanismo confere isonomia aos inadimplentes ao mesmo tempo em que preserva os interesses dos adimplentes", observou Canziani.

**Votação no Senado**  
A matéria volta agora para nova análise do Senado, de onde é originária - o autor foi o então senador Aelton Freitas (PR-MG), hoje deputado e presidente da comissão especial. Os senadores deverão se debruçar apenas sobre as duas emendas apresentadas pelo relator. Os demais projetos que tramitam em conjunto (PLs 1472/03, 1525/03 e 2471/03) foram rejeitados.

As emendas, que não alteram o cerne da proposta, excluem exigências sobre o registro de imóveis e de veículos adquiridos por consórcio. Segundo Canziani, o assunto já é tratado pelo Código Civil e a Lei de Registros Públicos (6.015/73).

O segmento de consórcios é hoje regulado e fiscalizado pelo Banco Central (BC). Para desempenhar essa atividade, o BC dispõe de duas leis, que tratam do assunto de forma secundária, e diversas circulares. Não existe uma legislação específica para esse segmento, que reúne 326 empresas, 3,5 milhões de participantes e R\$ 60 bilhões em ativos administrados.

"Faltava uma legislação que pudesse contemplar o consórcio em toda sua plenitude", destacou Canziani, que manteve no texto o papel regulador do BC e muitos dos dispositivos das circulares da instituição. AGENCIA CAMARA

## Câmara ratifica direitos das pessoas com deficiências

Diógenis Santos

A votação em Plenário foi acompanhada por portadores de necessidades especiais.

O Plenário aprovou nesta terça-feira a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque (EUA) em 30 de março de 2007. A matéria, aprovada com 418 votos e 11 abstenções, deve passar por uma segunda votação nominal, depois de cinco sessões, sob a forma do Projeto de Decreto Legislativo 563/08.

O tratado estabelece obrigações para os Estados signatários, na forma de diretrizes e garantias de direitos nas mais diversas áreas. O objetivo é assegurar, à pessoa com deficiência, igualdade de oportunidades e adaptações necessárias a seu livre acesso a bens, serviços e direitos.

**Valor de Emenda**

A Constituição prevê que um acordo ou tratado internacional sobre direitos humanos será equivalente a uma Emenda Constitucional se for aprovado, pelas duas Casas do Congresso, com 3/5 dos votos possíveis. Devido ao pedido do Poder Executivo de que a convenção fosse aprovada com esse quorum e, com o apoio conseguido para a tramitação em regime de urgência, o presidente Arlindo Chinaglia decidiu que a matéria poderia ser votada nominalmente para tentar conseguir o status de emenda constitucional.

Antes da votação, deputados levantaram questionamentos sobre a forma de tramitação do texto e sobre o que seria a equivalência prevista na Constituição. Chinaglia explicou que decidiu pelos dois turnos de votação porque não haveria outra forma de dar encaminhamento ao pedido do Poder Executivo, e também por falta de previsão regimental específica sobre os procedimentos de tramitação nesses casos.

Outras votações futuras sobre acordos internacionais sobre direitos humanos para os quais se pretenda equivalência a emenda constitucional deverão ocorrer depois dessa regulamentação.

Minoria e maioria

Pela comissão especial, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) deu parecer favorável à convenção e ressaltou que defender as minorias significa "preservar os direitos de todos para que a maioria não se torne opressiva".

O relator lembrou dados do Censo de 2000 segundo os quais o Brasil tem 24,5 milhões de pessoas com deficiência. "Esse número não pára de crescer devido ao aumento no número de acidentes de trânsito e de trabalho. É um ônus que incide também sobre os familiares devido às dificuldades enfrentadas para cuidar dessas pessoas", afirmou.

Segundo ele, a aprovação do texto com equivalência de Emenda lhe dá hierarquia constitucional e não significa sua incorporação ao texto da Constituição.

Vigência

O texto foi discutido por quatro anos e aprovado por 192 países, mas para entrar em vigor precisa ser ratificado por 20 países. Até o momento, 12 já o ratificaram. AGENCIA CAMARA

## No trimestre da crise, lucro das empresas aumenta 19%

Silvia Fregoni

16/05/2008

As grandes empresas brasileiras de capital aberto praticamente ignoraram no primeiro trimestre a crise financeira internacional, as previsões de recessão nos Estados Unidos e até as ameaças de aumento dos juros internos. Dados consolidados dos balanços trimestrais de 151 companhias, calculados pelo Valor, mostram faturamento em alta e lucros crescentes.

Os lucros dessas empresas cresceram 9% em relação ao primeiro trimestre do ano passado e atingiram R\$ 20,4 bilhões. Sem considerar Vale do Rio Doce e Petrobras, cujos números gigantes influenciam demais as médias, o resultado das companhias aumenta ainda mais, 19%. A Vale sofreu perdas contábeis de US\$ 318 milhões no trimestre, por conta de operações de hedge com derivativos. Já a Petrobras teve o lucro (R\$ 6,9 bilhões) melhorado em razão da alta nos preços do petróleo.

"A melhora geral nos resultados das companhias se deve ao crescimento econômico doméstico", explica a estrategista da Fator Corretora, Lika Takahashi. Com a forte demanda interna, as empresas elevaram as vendas de produtos e serviços e a receita líquida média das 151 aumentou 22%.

Desconsiderando-se Vale e Petrobras, o aumento atingiu 29%.

As despesas operacionais, relacionadas à própria atividade das companhias, sem impacto da linha financeira, cresceram apenas 13%. O consumo doméstico foi muito influenciado pelo crédito, o que beneficiou claramente a construção civil. O lucro de 22 empresas desse setor cresceu 615%, saindo de R\$ 81 milhões no primeiro trimestre do ano passado para R\$ 579 milhões agora. Outros setores com desempenho de destaque foram o financeiro e o de empresas ligadas à indústria automotiva, inclusive as concessionárias. Para atender a demanda interna, muitas companhias desviaram produtos de exportação para a venda local, principalmente siderúrgicas e montadoras. A mudança de estratégia também foi uma forma de as empresas se protegerem do câmbio, uma vez que a desvalorização teve impacto muito forte nas receitas de exportação no primeiro trimestre. VALOR ECONOMICO

## As diversas cores da Justiça no Brasil

Wanderley Guilherme dos Santos

16/05/2008

De perto, dizem os pessimistas, todo mundo é racista e, com exceção dos judeus, anti-semita. Mas entre os preconceituosos quanto a raça, note-se, não haveria excepcionalidade, estando incluídos brancos, negros, todas as nuances intermediárias, e também os judeus. Variam o objeto, a

intensidade e as conseqüências do preconceito, mas a hierarquização da estima e da desestima social é generalizada. Os asiáticos, em geral, japoneses e chineses em particular, olham os ocidentais com sobranceria, lá, em seus países, porque no Ocidente são eles a atrair a curiosidade superior de crianças e adultos. Ou seja, o lugar do preconceito se transforma com o preconceito do lugar. Os nordestinos brasileiros reclamam do tratamento depreciativo que os brasileiros do Sudeste lhes dão, ao mesmo tempo em que cultuam leve hostilidade contra os forasteiros vindos do Sul e Sudeste. Preconceitos não são vias de mão única.

Não é pequena a lista de vítimas explícitas de preconceito: todas as nacionalidades diante de todas as outras nacionalidades; nos filmes de ficção científica, suspeita ativa dos terráqueos frente a possíveis visitantes de, como se diz, longínquas galáxias; gays, lésbicas, travestis; deficientes físicos; anões; índios; sociedades primitivas em geral; ciganos; pigmeus; gigantes; albinos; estrábicos; tuberculosos; aidéticos; hansenianos; gogos; velhos. Até aqui, não titubeei um só segundo para compor a lista. Continuando: os freqüentadores da academia platônica odiavam os poetas; a Inquisição odiava o pensamento. Stalin e Salazar, entre outros, odiavam a oposição. Sim, no fundo, no fundo, trata-se da distribuição do poder e do temor que quem o tem inspira, seja com base na experiência, seja por não se ter certeza sobre o que esperar de seu exercício. O estranho é permanente candidato a perseguido.

A recíproca tende a ser verdadeira. Aqueles que discriminam os gays são por estes estigmatizados. Em geral, os heterossexuais não são bem-vindos nos clubes de homossexuais, masculinos e femininos, em um composto de defesa e agressividade, implícitas em todo preconceito. O discurso do pastor Jeremiah Wright expressa melhor o sentimento da maioria dos negros americanos do que a caça ao voto de Barack Obama. Em Israel, a minoria da população originária da África sofre, em carne viva, as agruras da contingência de lembrarem a duplamente preconceituosa piada: são negros e judeus. Os preconceituosos são os judeus brancos e os muçulmanos.

É claro que há um efeito escala e um efeito intensidade a ser considerados. A multissecular discriminação dos negros tem atingido um contingente humano que se conta, ao longo do tempo, às dezenas de milhões. A barbárie nazista dizimou populações inteiras de judeus e quase extinguiu os ciganos europeus. Se, hoje, negros e judeus possuem estados internacionalmente reconhecidos a defendê-los - excluídos os nacionais de outros países -, os ciganos constituem um nicho de vítimas particularmente inquietante. Trata-se de um povo que, oriundo da Índia, segundo alguns, rejeitou a forma estatal de organização desde o início da modernidade. Párias, nem mesmo um trecho de terra reivindicam, como fazem os palestinos, pois recusam a ordem jurídica predominante no mundo contemporâneo. São, por assim dizer, vítimas globais, cuja discriminação não produz o rumor necessário a fazê-los ingressar na pauta da ONU. A capacidade de reivindicar anda ao lado da capacidade de retaliação.

A distribuição de recursos de poder responde pela extensão em que a rede de preconceitos opera e atinge grupos específicos. Minorias destituídas permanecem vítimas da discriminação sem perspectiva de alforria, exceto se houver uma intervenção do Estado contra as atividades discriminatórias. Funciona aqui a negatividade kantiana: o que nega uma negação afirma o que foi negado por esta. Ao reprimir com eficácia atos discriminatórios, o Estado contribui para a afirmação do discriminado. É esse o sentido de toda legislação que promove a igualdade política e civil de uma sociedade. Foi essa a marcha das conquistas eleitorais, rompendo as barreiras discriminatórias da renda, do gênero, da alfabetização, da religião, da idade e até do estado matrimonial.

A repressão ao preconceito estimula, pela ausência de alimento, o fim do preconceito em sentido contrário. É possível imaginar que, no futuro, não existirão mais clubes exclusivos para esta ou aquela preferência sexual, assim como estão em via de completo desaparecimento os colégios fechadamente masculinos ou femininos.

As constituições modernas tornam explícitas as recomendações contra preconceitos e discriminações, sujeitos a substanciais penalidades. A Constituição brasileira, no inciso XXX do artigo 7º, estabelece a "proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil". E acrescenta, no XXXI: "proibição de

qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência". Legislação suplementar prevê ações do Estado contra infrações aos preceitos constitucionais, o que não impede, evidentemente, que os preconceitos se manifestem difusamente, sobretudo quando há elevada probabilidade de que fiquem impunes.

Ademais de estabelecer constitucionalmente a ilegalidade de discriminações pelos motivos especificados, a Constituição foi além e estabeleceu, em seu artigo 37, que "a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão". E é aqui que obedeço à letra, mas abandono o espírito da Constituição. Atribuo a excepcionalidade constitucional ao reconhecimento, por parte do legislador, da fragilidade do Estado brasileiro em fazer cumprir os preceitos constitucionais e garantir o direito de todo brasileiro a um tratamento igual diante da lei. A existência de preconceitos e discriminações, em mão dupla, é fenômeno que reaparece a intervalos irregulares e sobrevive clandestinamente nas relações interpessoais. Cabe ao poder público zelar implacavelmente para sanar as conseqüências do arbítrio, por aí confirmando, kantianamente, a igualdade básica dos cidadãos.

Em nome de qual doutrina não se reservam também posições para ciganos, ou judeus, ou homossexuais, todos eles e elas vítimas de notórias e seculares discriminações? A garantia da igualdade civil e política é a norma essencial da democracia, transcende o liberalismo. Do mesmo modo, faz parte da doutrina jurídica da Constituição brasileira a proibição de transferência geracional de culpas e punições. A linguagem das reparações remete às imposições dos vencedores sobre os vencidos, não à defesa da igualdade. E, mesmo assim, com quantidades e termos de vigência precisamente estabelecidos.

A discriminação positiva do Estado contemporâneo resulta da associação entre um poder público, fraco para impedir injustiças, e setores do poder privado, fortes o suficiente para retaliar e extrair privilégios. Discordo.

Wanderley Guilherme dos Santos, membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve quinzenalmente neste espaço VALOR ECONOMICO

## Sindicalista não descarta greves se redução da jornada não for aprovada

Paula Laboissière

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Caso o governo federal e o movimento sindical não cheguem a um acordo em relação à proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, a greve em diversos setores não está descartada. O alerta é do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), Lourenço Ferreira do Prado.

“Sempre fazemos votos que não haja greve, mas greve você não pode controlar. Ela vem. Fazemos força para que seja uma campanha salarial sem greve, porque a greve dá muito trabalho para nós e muito problema para todo mundo, inclusive para a sociedade. Esse ano, pode ser que não aconteça greve, mas é uma coisa que nunca se pode descartar”, disse.

Ao participar hoje (13) do segundo dia de debates no Fórum Sindical dos Trabalhadores, em Brasília, Prado disse que as greves acontecem “porque os patrões não têm a sensibilidade para atender a reivindicação de seus trabalhadores”.

Ele é de opinião que a redução da jornada vai ampliar o mercado de trabalho, com abertura de novos vagas de emprego.

“Um dos motivos fundamentais desse evento é ter um apoio forte e em nível nacional para aprovar essa PEC e reduzir de 44 horas a jornada semanal de trabalho para 40 horas. Tivemos, no passado, 48 horas. Passamos para 44 horas na Constituição de 1988 e agora queremos que reduza um pouco mais, em 10%”, disse.

De acordo com o sindicalista, trabalhadores com jornada de trabalho inferior a 44 horas também serão beneficiados com redução de cerca de uma hora de serviço diário. Bancários, por exemplo,

que já têm uma jornada de seis horas por dia e 30 horas para o semana, passariam a trabalhar cinco horas por dia e 25 horas semanais, explicou Prado. DIEESE

## Militantes questionam os rumos do sindicalismo 30 anos após greve de 78

Organizada em menos de uma semana, paralisação enfrentou legislação sindical e projetou nome de Lula

"É uma amargura ver como está o movimento sindical hoje", afirma Manuel Anísio Gomes, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos

LAURA CAPRIGLIONE

DA REPORTAGEM LOCAL

Em 1978, uma greve que parecia amalucada, organizada em menos de uma semana na fábrica de ônibus e caminhões Scania-Vabis, em São Bernardo do Campo, alastrou-se por boa parte do ABC paulista. Questionou a legislação sindical então ultra-restritiva, ampliou o direito de greve, deixou perplexos os patrões e na defensiva a ditadura militar; construiu novos paradigmas para a ação dos sindicatos e projetou pela primeira vez o nome de Luiz Inácio da Silva, o Lula, para fora dos meios metalúrgicos. Trinta anos depois, alguns destacados militantes dessa jornada se perguntam:

"Acabou?"

"É uma amargura ver como está o movimento sindical", diz o ex-diretor do sindicato dos metalúrgicos Manuel Anísio Gomes, 63. "Hoje, até o próprio sindicato contrata serviço temporário de trabalhadores terceirizados. Muitos dirigentes sindicais aceitam precarizar o mercado de trabalho e negociar direitos que estão na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] desde 1943. É uma tristeza para a gente", afirma Rubens Teodoro de Arruda, Rubão, 70, ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

"Sempre fomos contra o imposto sindical porque achávamos que o sindicato deveria ser mantido pela contribuição voluntária dos associados. Agora, até a CUT [Central Única dos Trabalhadores], que era contra o imposto sindical, usa argumentos sem pé nem cabeça para defender que ele seja mantido. É muita contradição entre o discurso e a prática. Como você pode querer liberdade e autonomia sindical se você depende do imposto? Por que é que o dirigente vai fazer campanha de sindicalização se ele pode ficar esperando o dia de receber o dinheiro do imposto?", diz o ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos Djalma Bom, 69.

"Não existe mais solidariedade e companheirismo. O salário está difícil, o emprego está difícil. Todos contra todos, acaba essa confiança de um no outro, base da ação sindical", diz Isaias Urbano da Cunha, 68, ex-diretor do sindicato dos metalúrgicos de Santo André.

Manuel chorou. Djalma também. Isaias e João idem. Foi uma choradeira o encontro de dirigentes e militantes da greve de 78, que aconteceu na última quinta-feira em São Bernardo. Um dos participantes explicou a emotividade. Segundo ele, a greve de 78 exige muito da memória afetiva porque aqueles acontecimentos não podem ser resgatados a partir de fotos, hinos ou palavras de ordem.

Como o movimento grevista aconteceu dentro das fábricas, dele há poucos registros fotográficos e nada do charme "nouvelle vague" do maio de 68 francês, por exemplo. Também não houve hinos nem palavras de ordem. Aliás, uma marca original dessa greve foi o silêncio, conforme relata João de Oliveira da Silva, o "João Chapéu", 74, taxista agora, operário da Mercedes Benz há 30 anos: "No dia 15 de maio, eu estava trabalhando normalmente, quando veio a notícia sussurrada: "Os tornos automáticos pararam". Saí da máquina para cumprimentar os companheiros. Quando voltei para a minha seção, que era a 21, bem no meio da fábrica, eu só ouvia o prrrrr-prrrrr-prrrrr -era uma máquina sendo desligada, depois outra e outra. Dali a pouco, silenciou a fábrica inteira. O encarregado-geral veio e falou: "Ninguém é contra greve nenhuma. Cada um fica sentado na sua máquina. E sem formar rodinha". Naquele silêncio, eu me sentia numa festa."

"Vamos fazer uma greve no fim desta semana?", assim começou a organização da greve na Scania.

O autor da proposta foi Gilson Menezes, hoje com 58, que tinha acabado de ser empossado como diretor do sindicato, na chapa de Lula.

Segundo Gilson, se a greve fosse marcada para dali a 15 dias, a direção da empresa ficaria sabendo. No dia 12, nos ônibus que transportavam os operários para a fábrica, todos foram avisados: "Primeiro, vai parar a ferramentaria. O resto vai parando na seqüência".

Coincidentemente, a diretoria do sindicato tinha reunião marcada para o mesmo dia 12. Às 8h, Gilson deu fichas telefônicas a um outro operário e pediu-lhe que fosse a um orelhão ligar para o sindicato. "Fala que eu mandei avisar que a Scania está parada." "A diretoria vibrou. Teve até quem chorasse."

Segundo Manuel Anisio, a partir daí começou a pipocar greve em todos os lugares. A Volkswagen parou de produzir o Passat, sucesso da época. Durante nove dias, o Corcel parou de sair da fábrica da Ford. A reivindicação era 20% de aumento real, mas parou-se também por falta de papel higiênico, para conseguir os 15 minutos de café que as empresas não tinham, contra o cartão de ponto para registrar idas ao banheiro.

Em Santo André, vizinha a São Bernardo, as notícias da greve chegaram já na sexta-feira. Isaias se lembra de ter reagido mal à greve da Scania. "A gente achou aquilo uma loucura. Como? Vai fazer greve numa sexta-feira? Como é que segura no final de semana?" Mas eles conseguiram. Na segunda-feira, continuaram com a paralisação. "A gente não acreditava."

"Aí, umas meninas corajosas começaram a parar a seção de anéis da Cofap. Foi a nossa deixa. A gente chamava os homens de covardes. Graças às meninas dos anéis, todo mundo foi parando. Era dia 15 de maio."

"Meninas"

As "meninas" eram poucas na categoria (em São Bernardo, não superavam os 8% do total. Na diretoria do sindicato, era zero representante). Maria Teixeira Vilella, a Mana, 60, trabalhava no Comando de Diadema e era do sindicato quando ajudou o pessoal a parar fábricas pequenas e médias. Perdeu o emprego em 1980, após uma greve. Nunca mais foi aceita em nenhuma empresa. Tornou-se costureira. "Fico triste, porque a gente dá o sangue e depois as pessoas fingem que não conhecem. Sinto-me descartável. As mulheres que brigaram naquela época, como eram poucas, ficaram marcadas. Sou metalúrgica ferrada."

Os homens parecem mais aconchegados. "Se a gente sabia que um colega tinha ficado doente, ou estava numa pior, em meia hora corria uma lista dentro da fábrica para ajudar. Sempre tinha alguém que comprava o remédio e fazia a visita. Amigo de fábrica era melhor do que parente", diz Isaias. Lula, que tinha tomado posse em 21/4/1978 para o novo mandato sindical, havia dito em seu discurso de posse que "os patrões e a Fiesp só ouviriam as vozes dos trabalhadores quando eles estivessem com os braços cruzados e as máquinas paradas".

Duas semanas depois das greves em 30 empresas, das quais participaram 50 mil operários de um total de 120 mil só em São Bernardo, a Lei de Greve tornara-se um trapo. Apesar da decretação da ilegalidade do movimento, o sindicato havia conseguido de várias empresas o aumento real de salários e o não-desconto dos dias parados.

E agora? "Novas tecnologias, informática, telecomunicações, robotização e terceirização da mão-de-obra são a forma atual de exploração da classe trabalhadora. O sindicato que o Lula de então dizia que tinha de funcionar na porta de fábrica é mais necessário do que nunca", diz Djalma Bom. "Ainda posso lutar", diz Rubão. CLIPPING DO DIEESE

## Sindicalização cai pela metade depois da década de 80

KAREN CAMACHO

Editora-assistente de Dinheiro da Folha Online

A taxa de sindicalização atual é quase metade da verificada na década de 1980. Nos anos 1990, chegou a ser ainda menor. A explicação, para alguns, foi o aumento do desemprego, que gerou apreensão entre os trabalhadores. Para outros, o sindicalismo enfraqueceu porque abandonou algumas bandeiras.

De acordo com o economista Marcio Pochmann, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a taxa de sindicalização no Brasil era de 11% ao final do anos 1970. Na década de 1980, chegou a 32%, caiu para 15% na década de 1990 e, atualmente, está em 18%. "Houve reestruturação da produção das empresas. O país mudou e diminuiu o poder sindical", explica Pochmann.

Para ele, no entanto, a taxa atual de 18% não pode ser analisada como um enfraquecimento dos sindicatos, porque a sindicalização está crescendo. "Há um descolamento de perfil entre os líderes sindicais e a base de trabalhadores, que hoje são mais jovens e com escolaridade maior", afirma. Outro ponto defendido por Pochmann para justificar a queda nos trabalhadores sindicalizados é o desemprego, que atualmente apresenta taxas maiores.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, também acredita que a queda na sindicalização pode ser explicada pela preocupação em perder o emprego. "Foram 15 anos de recessão, queda de salário e redução do emprego."

Para ele, essa apreensão sufoca a luta trabalhista e o envolvimento da base. "Na década de 1990, os trabalhadores tinham medo de greve ou manifestações porque sabiam que o facão podia passar por suas cabeças", diz.

Lucio e Pochmann defendem que o crescimento da economia e o aumento do emprego, aliados à estabilidade econômica, podem dar mais força aos sindicatos.

Já o sociólogo Francisco Weffort, ex-secretário geral do PT e ex-ministro da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso, acredita que os sindicatos abandonaram algumas bandeiras e causaram uma certa descrença no trabalhador.

"Naquele tempo [durante as greves do final dos anos 1970 e 1980], havia o sindicalismo combativo e o corporativista. Hoje nenhum é combativo. Eles dependem do Estado e fazem lobby, como qualquer outro setor da sociedade", afirma.

Weffort lembra que, tanto nas greves de 1968 como nas de 1978, a autonomia dos sindicatos era umas das bandeiras defendidas pelos líderes, mas hoje, mesmo no governo do PT, que se originou naqueles movimentos, o imposto sindical ainda vigora.

#### Menos greve

As paralisações atualmente também acontecem em número bem mais reduzido do que na década de 1980.

Ao final daquela década, os trabalhadores brasileiros chegaram a realizar 4.000 greves por ano, perdendo apenas para a Espanha.

Atualmente, o Brasil registra, em média, 500 greves por ano.

Entre as explicações para isso está a inflação. Nos anos 1980, com inflação de 30%, 40% e até 80% ao mês, os trabalhadores perdiam o poder de compra muito rápido.

Por isso, as reivindicações salariais chegavam a ser trimestrais.

Como a recuperação salarial sempre foi o ponto central das mobilizações trabalhistas, o sindicato parava na porta da fábrica, discurso, assembléia, e os funcionários cruzavam os braços.

Com a estabilidade econômica, o quadro mudou. Atualmente, com inflação de cerca de 4,5% ao ano, as negociações passaram a ser anuais.

#### Mudança de base

Outra característica do sindicalismo atual é a mudança no perfil do trabalhador, ou seja, de sua base, também em função das mudanças da economia e dos processos de produção.

Na década de 1980, a cada dez trabalhadores no país, entre cinco e seis estavam na indústria.

Atualmente, menos de um terço continua nesta área enquanto que sete estão no setor de serviços.

Isso muda o perfil do trabalhador, dos meios de produção, da relação com o empregador e, naturalmente, as prioridades e as reivindicações. DIEESE